



MUNICÍPIO DE CASTRO VERDE CÂMARA MUNICIPAL

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CASTRO VERDE, REALIZADA NO DIA 14 DE DEZEMBRO DE 2017

N.º 28/2017

Estiveram presentes para o efeito os eleitos: António José Rosa de Brito, na sua qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Castro Verde, e Francisco José Caldeira Duarte, David Manuel Pego Merritt Marques, António João Fernandes Colaço e Alda Maria de Jesus Cabral Mestre na sua qualidade de Vereadores.

1. - ABERTURA:

Achando-se presente o número legal para se constituir em reunião, foi a mesma declarada aberta pelo Sr. Presidente da Câmara, pelas 10, 35 horas, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1.º - Apreciação e votação das propostas do Orçamento e Opções do Plano - 2018.
- 2.º - Apreciação e votação da proposta do Mapa de Pessoal – 2018.
- 3.º - Apreciação e votação de proposta do Tarifário (Taxas e Preços).
- 4.º - Apreciação e votação de proposta de fixação da taxa de participação no IRS em 2018.

1.º - Apreciação e votação das propostas do Orçamento e Opções do Plano - 2018.

Apreciou a Câmara a seguinte proposta apresentada pelo Sr. Presidente:

“Considerando que se encontram terminados os documentos previsionais da Autarquia, Orçamento e Opções do Plano, diga-se Plano Plurianual de Investimentos e Ações Mais Relevantes, adiante designados respetivamente por PPI e AMR.

Considerando que a aprovação dos mesmos é da competência da Assembleia Municipal, pf. Do disposto no art.º 25º/1-a) do Anexo I à Lei nº.75/2013, de 12 de setembro, sob proposta da Câmara Municipal, cf determina o art.º 33º/1-c), do mencionado diploma;

Assim, face ao exposto, proponho a este Órgão executivo, que após aprovação desta proposta de documentos previsionais para o ano de 2018 e no caso do (PPI) os mesmos sejam submetidos para aprovação do Órgão deliberativo do Município.”

A seguir, o Sr. Presidente da Câmara fez uma apresentação em termos gerais das propostas dos documentos previsionais, tendo começado por informar as démarches feitas até à elaboração dos mesmos, nomeadamente junto dos partidos da oposição, das reuniões havidas com as Juntas de Freguesia, assim como das reuniões públicas, muito participadas, quer em termos de presença quer dos contributos dados.

Adiantou que as linhas elementares para a sua elaboração tiveram presente as obras em curso e as adjudicadas, nomeadamente a construção do alargamento da EM 508 entre Castro Verde e Santa Bárbara e do CM 1139, entre Santa Bárbara e A-do-Neves, do Centro de Viola Campaniça, assim como a intervenção na rede de abastecimento de água a Castro Verde, no que se refere à redução de perdas.

Referiu-se ainda a outras intervenções, nomeadamente as obras de intervenção que continuam inscritas no Orçamento, por serem consideradas importantes, nomeadamente, a requalificação do Pavilhão Desportivo Municipal e a criação da Zona de Atividades Económicas.

Frisou o Sr. Presidente da Câmara que, perante a continuidade destas, fica claro que não há qualquer corte no que já estava programado anteriormente.

Quanto a novos projetos o Sr. Presidente referiu-se particularmente às iniciativas “Castro Casa”, “Museu da Feira de Castro”, “Festival Sabores do Borrego”, “Terras da Batalha de Ourique” e “Rede de Ocupação de Idosos”, apresentando-as como projetos votados maioritariamente pela população no âmbito do programa do PS e que, por isso, justifica a sua inscrição nas GOP de 2018.

Referiu-se igualmente às obras na Escola Secundária e à Unidade móvel de apoio Social, cuja implementação está dependente de acordos com os responsáveis nas respetivas áreas, nomeadamente os Ministérios da Educação e da Saúde.

Em seguida abordou o Sr. Presidente os valores orçamentados, quer na despesa quer receita, frisando que o quadro não é nada simples, porque a par dos compromissos para pagar a curto e médio prazo registados no fim do mandato 2013/2017, o Município de Castro Verde está confrontado com a eliminação das transferências da Autoridade Tributária em sede de Derrama de uma verba volumosa, superior a 1.240.000 euros, o que representa um problema acrescido e muito preocupante.

Por outro lado, o Sr. Presidente destacou que há obras adjudicadas cujo financiamento não está garantido na totalidade e não terão apoio de fundos comunitários. É o caso das empreitadas da Estrada Municipal 508 (Castro Verde - Santa Bárbara) e do Caminho Municipal 1139 (Santa Bárbara/Mina de Neves-Corvo). Estas duas obras estão adjudicadas por 1.372.669,00 euros e, contudo, a Câmara somente tem financiamento assegurando no valor de 460.000,00 euros. Explicou o Sr. Presidente que, perante este quadro, o Município de Castro Verde terá de garantir mais de 900.000 euros para honrar os seus compromissos e concretizar esta obra.

Destacando que, nesta situação de dificuldades e de exigência orçamental, a Câmara vai enfrentar o ano de 2018 como uma tarefa nada simples quando, além do mais, há igualmente pela frente o enorme desafio de dar resposta ao estado de “constante rotura” da rede de água da vila de Castro Verde e, neste momento, o que está planeado afigura-se como insuficiente para debelar o problema.

A seguir interveio o Sr. Vereador Francisco Duarte que congratulou-se com os contributos dados para a elaboração dos documentos previsionais, contudo, da análise que fez em relação aos investimentos nas freguesias, e da respetiva participação municipal, alertou para a necessidade das Juntas de Freguesias serem informadas do seu papel concreto nos projetos/investimentos, referindo-se particularmente quanto ao estatuto de propriedade da Casa Mortuária a construir em Entradas, isto é qual sobre quem recai a concreta responsabilidade pelo seu funcionamento, tendo o Sr. Presidente da Câmara tomado a devida nota.

Referiu-se depois o mesmo Vereador à situação da derrama e da propaganda que a mesma tem tido à volta quanto à alegada dívida da Câmara Municipal, tendo o Sr. Presidente da Câmara afirmado que apenas tinha dado entrevista junto de um órgão da comunicação social e quanto à interpretação da alegada propaganda que não podia responder por outras pessoas.

Reafirmou contudo que era um facto que enquanto Vereador desta Câmara Municipal nunca teve conhecimento do “caso” da derrama, mas só depois de terem tomado posse no atual mandato.

Manifestou depois o Sr. Vereador Francisco Duarte a sua estranheza ao verificar uma previsão no aumento de receita proveniente da cobrança de água, resíduos e de saneamento, quando há uma proposta no sentido de não a aumentar e quando há um apelo à redução dos consumos, tendo o Sr. Presidente afirmado que haverá mais capacidade de receita com a redução das perdas.

Em seguida o Sr. Vereador Francisco Duarte perguntou de que se tratam as iniciativas “Castro Casa”, “Museu da Feira de Castro”, “Festival do Borrego”, “Terras da Batalha de Ourique”, e “Rede de Ocupação de Idosos”.

O Sr. Presidente da Câmara quanto à iniciativa “Castro Casa” informou que se trata de um projeto de aquisição de imóveis degradados, localizados principalmente no centro da vila, para posterior requalificação e aluguer ou venda a preços controlados.

Quanto ao projeto do Museu da Feira de Castro, trata-se de uma iniciativa no sentido de afirmar e valorizar a mesma feira como principal “marca” do concelho

Relativamente ao “Festival Sabores do Borrego” informou que se trata de uma iniciativa para divulgação e valorização gastronómica, esclarecendo que não existe qualquer intenção de classificar Castro Verde como “capital do borrego”.

Sobre o projeto “Terras da Batalha de Ourique”, informou que se trata de afirmar Castro Verde como local de histórico da Batalha de Ourique e afirmar esse fator como elementar para a oferta turística no município.

O Sr. Vereador Francisco Duarte afirmou que, em sua opinião, o mais importante é defender o mito, seja ele verdadeiro ou falso, existente sobre o local histórico da Batalha de Ourique ser em Castro Verde e por isso é essencial manter o protocolo de colaboração, recentemente celebrado entre os Municípios da Batalha, Alcobaca, Porto de Mós e Fronteira, no âmbito da Rede de Municípios com Batalhas Fundacionais.

E quanto ao projeto “Rede de Ocupação de Idosos”, informou no Sr. Presidente de informar que se trata de criar uma resposta para ocupação dos idosos nas diferentes sedes de freguesia.

Apreciados os documentos previsionais para o ano de 2018, na generalidade e na especialidade, foram os mesmos submetidos a votação, separadamente, tendo sido aprovados por maioria, com a abstenção dos Srs. Vereadores Francisco Duarte e António João Colaço.

A proposta do Orçamento aprovada apresenta os seguintes valores: Receitas correntes: 8.541.323 €; Receitas de Capital: 3.408,677 €; Total Geral das Receitas: 11.950,000€; Despesas correntes: 7.953.912 €; Despesas de capital: 3.996,088 €; Total Geral das Despesas: 11.950,000 €.

Ficam anexas à presente ata, dando-se por isso como aqui integralmente transcritas as propostas dos documentos previsionais ora aprovadas.

2º. - Apreciação e votação da proposta do Mapa de Pessoal – 2018:

Apreciou a Câmara a seguinte proposta apresentada pelo Sr. Presidente:

“Considerando que vão a aprovar ao Órgão competente, Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, os documentos previsionais da Autarquia, Opções do Plano (Plano Plurianual de Investimentos e Ações Mais Relevantes) e Orçamento.

Considerando que nos termos do artigo 29º/1 da LTFP aprovada pela Lei nº.35/2014, de 20 de junho, conjuntamente com esses documentos, será também de aprovar o Mapa de Pessoal;

Assim, face ao exposto, proponho a V. Ex^{as}. a submissão do presente Mapa de Pessoal à Assembleia Municipal, para efeitos de decisão, cf. determina o art.º 3º/2-b do Decreto-Lei nº.209/2009, de 3 de setembro.”

Apreciado o assunto, deliberou a Câmara, por maioria, com as abstenções dos Srs. Francisco Duarte e António João Colaço, aprovar e submeter a apreciação e votação da Assembleia Municipal a proposta do Mapa de Pessoal para o ano de 2018, cujos documentos se anexam à presente ata dando-se, por isso, como aqui integralmente transcritos

3º. - Apreciação e votação de proposta do Tarifário (Taxas e Preços).

Apreciou a Câmara a seguinte proposta apresentada pelo Sr. Presidente:

Considerando o disposto no Regulamento Municipal de Taxas e Preços em vigor, onde segundo o disposto no seu art.º 10º, do mesmo, as taxas e os preços são atualizados de acordo com a taxa da inflação ou com base em novo estudo económico ou financeiro.

Considerando que está iniciado um estudo ao tarifário do Município ao nível das taxas e preços praticados, decidido no anterior mandato, que vamos analisar a avaliar, logo não se justificando agora qualquer alteração aos valores praticados;

Considerando a recomendação da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, adiante (ERSAR), de 30 de novembro de 2017, nomeadamente a conformidade com a Recomendação Tarifária e com o Regulamento Tarifário; (doc. anexo I)

Assim, face ao exposto, e ao abrigo do disposto no art.º 33º/1-e), do anexo I à Lei nº.75/2013, de 12 de setembro, proponho:

- Manter as taxas e os preços constantes do tarifário de acordo com a opção política assumida pela atual maioria na Câmara Municipal;
- Estudar as Recomendações feitas pela ERSAR, sobretudo no que à recomendação da Conformidade do Regulamento Tarifário diz respeito.

Posto isto, o Sr. Vereador Francisco Duarte solicitou a consulta do anexo I à presente proposta uma vez o mesmo não a acompanhava.

Facultado o mesmo anexo, o Sr. Vereador Francisco Duarte lembrou que a manter as taxas e os preços em causa, trata-se de uma ilegalidade face às recomendações da ERSAR e que tal implica eventuais penalizações, nomeadamente no corte do acesso a fundos comunitários.

O Sr. Presidente da Câmara confirmou que manter as taxas e os preços constantes do tarifário é de acordo com a opção política assumida pela atual maioria na Câmara Municipal;

Apreciado o assunto, foi a proposta submetida a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com as abstenções dos Srs. Vereadores Francisco Duarte e António João Colaço.

4º. - Apreciação e votação de proposta de fixação da taxa de participação no IRS em 2018.

Apreciou a Câmara a seguinte proposta apresentada pelo Sr. Presidente:

“Considerando o teor da informação registada sob o nº. 702, do Coordenador Técnico da Subunidade, Secção Financeira e Património, da Unidade Orgânica, Divisão de Administração e Finanças, datada de 19 de Outubro do corrente ano, sobre a participação variável no IRS para 2018 dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no concelho de Castro Verde;

Considerando que nos termos do disposto no art.º 25º/1-c) da Lei nº. 73/2013, de 3 de setembro, Regime Financeiro das Autarquias Locais, a repartição de recursos públicos entre o Estado e os Municípios é de 5% do IRS, determinada nos termos do art.º 26º do mencionado Regime, relativa aos rendimentos do ano imediatamente anterior calculada sobre a respetiva coleta líquida das deduções previstas no nº.1 do art.º 78º do Código do IRS;

Considerando a minha proposta datada de 9 de novembro de 2017, onde é proposto submeter à Assembleia Municipal uma taxa de IRS para 2018 de 4,5%, votada em reunião ordinária da Câmara Municipal de Castro Verde com três votos a favor dos eleitos do Partido Socialista, adiante (PS) e dois votos contra dos eleitos da Coligação Democrática Unitária, adiante (CDU) e posteriormente votada em sessão da Assembleia Municipal de 23 de novembro de 2017, com 9 votos a favor dos eleitos (PS) na Assembleia Municipal e 10 votos contra dos eleitos da (CDU) neste Órgão, logo não tendo sido aprovada;

Considerando que os eleitos da CDU na Assembleia Municipal, por entenderem tratar-se de uma medida “avulsa” e declararem uma “uma posição de princípio” contra a proposta do PS, assumiram a vontade de continuar com a participação sobre a percentagem de IRS do Município de Castro Verde no valor máximo de 5%, opondo-se à proposta aprovada na Câmara Municipal de fixar a taxa para 2018 em **4,5%**.

Proponho a este órgão executivo, por não restar alternativa e em face da votação intransigente da CDU no Órgão deliberativo, que não defende os interesses dos contribuintes do concelho de Castro Verde, uma taxa máxima, ou seja os 5%, e se submeta a presente decisão à Assembleia Municipal

para que este Órgão possa fixar a mesma, no uso da competência que lhe é conferida segundo o disposto no art.º 25º/1-e) do Anexo I à Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro”.

Posto isto, interveio o Sr. Vereador Francisco Duarte afirmando que de facto os 5% correspondem à posição que a CDU sempre defendeu, no entanto frisou que não concordava com os considerandos apontados no último parágrafo quando se refere à votação intransigente da CDU, no órgão deliberativo, assim como “que não defende os interesses dos contribuintes do concelho de Castro Verde”, pelo que, a manter-se a proposta nestes termos, a posição dos eleitos da CDU nunca podia ser no sentido de a subscrever e daí colocar o assunto à consideração dos eleitos do PS.

Assim, o Sr. Presidente sugeriu a feitura de um intervalo nos trabalhos para poderem enquadrar a situação colocada, e retomados os trabalhos os eleitos do PS propuseram-se a reformular o último parágrafo da proposta de fixação da taxa de participação no IRS em 2018, ficando o mesmo com a seguinte redação:

“Proponho a este órgão executivo, por não restar alternativa e em face da votação da CDU no Órgão deliberativo, uma taxa máxima, ou seja os 5%, e se submeta a presente decisão à Assembleia Municipal para que este Órgão possa fixar a mesma, no uso da competência que lhe é conferida segundo o disposto no art.º 25º/1-e) do Anexo I à Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro”.

Apreciado o assunto, foi de fixação da taxa de participação no IRS em 2018, submetida a votação com a alteração proposta, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade e nominalmente.

APROVAÇÃO EM MINUTA:

Desta reunião se lavrou minuta, a qual foi aprovada, por unanimidade pela Câmara, para que produzam efeitos imediatos as respetivas deliberações.

ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS:

Não havendo mais nada a tratar, foi encerrada a reunião pelas 12.45 horas, da qual se lavrou a presente ata e submetida a votação foi aprovada e assinada por todos os membros presentes, assim como pelo Coordenador Técnico da Secção Administrativa, Fernando Colaço Sebastião, nos termos do nº.2 do artigo 57º.da Lei nº. 75/2013, de 18 de Setembro.